

## ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E PROFESSORES DA SALA REGULAR: ARTICULAÇÕES PARA INCLUSÃO DE ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

SPECIALIZED EDUCATIONAL CARE AND REGULAR CLASSROOM TEACHERS: ARTICULATIONS  
FOR THE INCLUSION OF STUDENTS WITH INTELLECTUAL DISABILITIES

**Elane dos Santos Sandes<sup>1</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-4540-4959>

E-mail: elanesandes@yahoo.com.br

**Susana Couto Pimentel<sup>2</sup>**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6047-3198>

E-mail: scpimentel@ufrb.edu.br

### Resumo

Este artigo é parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade e objetiva analisar de que forma o trabalho colaborativo envolvendo professor do Atendimento Educacional Especializado e professores da sala comum pode repercutir no processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência intelectual. Neste estudo, optou-se pela pesquisa bibliográfica, através da revisão sistemática da literatura no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, tomando-se como descritores: atendimento educacional especializado, ensino colaborativo, deficiência intelectual. Os resultados demonstraram a importância da ação conjunta do profissional do AEE com os professores das séries iniciais do ensino fundamental visando garantir uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência intelectual.

**Palavras-chave:** Atendimento Educacional Especializado. Deficiência Intelectual. Educação Especial. Trabalho Colaborativo.

### Abstract

This article is part of ongoing research in the Postgraduate Program in Scientific Education, Inclusion, and Diversity and aims to analyze how collaborative work involving Specialized Educational Care teachers and ordinary classroom teachers can have repercussions on the process of educational inclusion of students with intellectual disabilities. In this study, we opted for bibliographical research, through a systematic review of the literature in the CAPES Coordination of Superior Level Staff Improvement, using the following descriptors: specialized educational care, collaborative teaching, intellectual disability. The results showed the importance of joint action between the Specialized Educational Care professional and the teachers of the initial grades of elementary school, to guarantee quality education for students with intellectual disabilities.

**Keywords:** Specialized Educational Care. Intellectual disability. Special Education. Collaborative work.

---

<sup>1</sup> Graduação em Pedagogia pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS) e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Educação Científica, Inclusão e Diversidade pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).

<sup>2</sup> Doutora em Educação. Professora Associada da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, Campus de Feira de Santana. e Docente do Mestrado em Educação Científica, Inclusão e Diversidade.

## INTRODUÇÃO

Leis, resoluções e decretos oficiais foram criados no Brasil de forma a orientar a programação das escolas para garantia não somente da matrícula em sala regular, mas também de oferta do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dentre os normativos em vigor, destacam-se: o Decreto nº 6.571 de 2008, que institui, no âmbito do FUNDEB, a dupla matrícula dos estudantes considerados público-alvo da educação especial (PAEE), sendo uma em classe comum da rede pública de ensino e outra no AEE; e as Diretrizes da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008) que delimita o público-alvo da Educação Especial como sendo os estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e/ou superdotação. Estes documentos reforçam a necessidade de que as escolas realizem as adequações curriculares necessárias para a garantia do ensino e aprendizagem dos estudantes PAEE.

De acordo com o art. 12 da Resolução CNE/CEB nº4/2009, para atuar no AEE o professor deve ter formação que o habilite para o exercício da docência e formação específica para a Educação Especial. No art. 13, sobre as atribuições do profissional, o inciso VII aborda a necessidade de estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos, de acessibilidade e das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares.

A partir de 1994, com o compromisso firmado pelo Brasil por meio da Declaração de Salamanca, documento construído como resultado da Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais organizada pelas Nações Unidas, as discussões sobre a inclusão foram intensificadas, propondo-se a inclusão de todas as crianças no ensino regular, independentemente de suas condições físicas, sociais e culturais. A presença desses estudantes nas escolas regulares repercute, conforme Carneiro (2019, p. 140), “nos sistemas de crenças e valores da sociedade, que se expressam nas propostas e políticas públicas”.

Como o Brasil foi signatário da Declaração de Salamanca, comprometendo-se com sua execução, a atual legislação nacional sistematiza as adequações necessárias aos sistemas de ensino para que a inclusão seja implementada. A Lei nº 9.394/96 – LDBEN e o Decreto nº 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, e a Resolução CNE/CEB nº. 2, de 11 de setembro de 2001, que versa sobre as Diretrizes Nacionais para a educação especial na educação básica, são normativos elaborados como resposta do Brasil ao cumprimento do pactuado em Salamanca. A mencionada Resolução CNE/CEB nº. 2/2001, no artigo 3, diz que:

[...] por educação especial, modalidade da educação escolar, entende-se um processo educacional definido por uma proposta pedagógica que assegure recursos e serviços educacionais especiais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar, suplementar e, em alguns casos, substituir os serviços educacionais comuns de modo a garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos que apresentam necessidades educacionais especiais, em todas as etapas e modalidades da educação básica (Brasil, 2001, p. 1).

A esse respeito, o presente artigo tem como objeto de estudo o trabalho colaborativo dos professores das salas de ensino fundamental das séries iniciais com professores da sala de Atendimento Educacional Especializado – AEE.

Partimos do pressuposto da importância da ação conjunta do profissional do AEE com os professores das séries iniciais do ensino fundamental, visando garantir o direito a uma educação de qualidade para os estudantes com deficiência. Acreditamos que a proposta do trabalho colaborativo, voltado para construção de estratégias efetivas para aprendizagem dos estudantes com Deficiência Intelectual (DI), auxilie na reflexão da prática pedagógica dos envolvidos no ensino desse estudante.

É importante acrescentar que o recorte para a Deficiência Intelectual se deu por ser o maior número de matrículas da educação especial em classe comum. Conforme o Censo da Educação Básica de 2023, do total de 1.617.420 de discentes da educação especial matriculados em classe comum, 830.718 são de estudantes com Deficiência Intelectual. (INEP, 2024). Esse dado, por si só, justifica a relevância de estudos sobre essa temática.

A Deficiência Intelectual caracteriza-se pelo comprometimento de funções cognitivas que envolvem o processo de aprender, a exemplo da atenção e percepção, memória que, por sua vez, pode impactar no desenvolvimento do pensamento e da linguagem.

Embora tenhamos noção de que o trabalho colaborativo entre o professor do AEE e da sala comum seja eficaz para a inclusão de todos os discentes, entendemos ser importante focar a Deficiência Intelectual, pois desafia a escola de modo particular, tendo em vista que a pessoa com DI aprende numa forma e num tempo diferenciado, requerendo ações mais precisas do docente.

Ante o exposto, o presente trabalho objetiva, a partir da pesquisa bibliográfica, analisar de que forma o trabalho colaborativo envolvendo professor do Atendimento Educacional Especializado e professores da sala comum pode repercutir no processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência intelectual. O trabalho está estruturado em quatro seções, sendo a primeira parte introdutória, a segunda traz os caminhos para realizar a

pesquisa e, por fim, encontram-se os resultados e discussão dos dados, seguido das considerações finais.

## **A REVISÃO DE LITERATURA COMO PROPOSTA METODOLÓGICA**

Para atender aos objetivos desta pesquisa, utilizamos a abordagem qualitativa por ser caracterizada como sendo uma tentativa de se explicar, em profundidade, o significado e as características do resultado das informações obtidas. A abordagem qualitativa possibilita descrever a complexidade de problemas e hipóteses, bem como compreender e classificar determinados processos sociais, oferecendo contribuições ao processo das mudanças, criação ou formação de opiniões de determinados grupos e interpretação das particularidades dos comportamentos ou atitudes dos indivíduos (Oliveira, 2007).

Com o intuito de verificarmos como a temática proposta vem sendo investigada nos meios de divulgação científica, buscamos por pesquisas que tratassem sobre as relações entre o ensino regular e a Educação Especial, no contexto da educação inclusiva seguindo a proposta de trabalho colaborativo, ensino colaborativo, coensino ou bidocência para estudantes com deficiência intelectual. Selecionamos o banco de dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para as buscas, adotando como critério de seleção as pesquisas realizadas entre os anos de 2019 e 2022, considerando neste critério a possibilidade de práticas mais consolidadas no trabalho de inclusão.

Para a realização das buscas, empregamos como descritores: atendimento educacional especializado, ensino colaborativo, deficiência intelectual. O banco de dados consultado apresentou, entre os anos de 2019 e 2022, 11 pesquisas, entre teses e dissertações, que envolvem conjuntamente os descritores elencados, sendo três teses e oito dissertações.

A partir da leitura e análise dos resumos, foram selecionadas para leitura integral as 11 pesquisas correlatas ao tema de estudo, buscando levantar: a correlação com o nosso objeto de estudo, a metodologia utilizada e os resultados encontrados ou produtos profissionais realizados. Nesse momento, uma tese e duas dissertações foram excluídas, por não se alinharem ao interesse metodológico da nossa pesquisa de campo que será realizada em momento posterior.

Com base na análise das oito pesquisas restantes, observamos que no período investigado, entre 2019 e 2022, as dissertações e teses defendidas estão concentradas em sua maioria na região sul e sudeste do país, em instituições como a Universidade do Estado de Santa

Catarina (UDESC) (dois trabalhos), Universidade Estadual Paulista (UNESP), Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG), Universidade Federal Fluminense (UFF), Pontifícia Universidade do Paraná (PUCPR). Os demais trabalhos estão distribuídos em estados como o Ceará, na Universidade Federal do Ceará (UFC) e Pará, na Universidade Federal do Pará (UFPA), conforme Quadro 1. Todas as pesquisas utilizaram a abordagem qualitativa, utilizando, em sua maioria, a pesquisa participante.

Quadro 1. Trabalhos selecionados para análise

<b>Título</b>	<b>Autor(a)</b>	<b>Instituição</b>	<b>Ano</b>
Guia de orientação de identificação de alunos com deficiência intelectual no atendimento educacional especializado	ARAÚJO, Nelita Geny Mendes de.	UFF	2019
Coensino/ensino colaborativo/bidocência na educação inclusiva: concepções, potencialidades e entraves no contexto da prática	CHRISTO, Sandy Varela de.	UDESC	2019
“É possível mudar?": práticas pedagógicas de professores de sala de aula que atuam na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual	DANTAS, Lilianne Moreira.	UFC	2019
Abordagem CTS no atendimento educacional especializado: práticas de ensino - aprendizagem em ciências para educandos (as) com deficiência intelectual	BARBOSA, Brena Santa Brígida.	UFPA	2020
Acessibilidade curricular na escolarização de estudantes com deficiência intelectual: um estudo sobre as práticas pedagógicas inclusivas	FRANCISKI, Sônia Mara de Fatima da Silva.	UDESC	2022
Sala de recursos multifuncionais tipo I na perspectiva do trabalho colaborativo: vozes dos professores e alunos	MELO, Jussara Sant' Ana de.	PUCPR	2022
Educação inclusiva: formação continuada na perspectiva do coensino	PASSOS, Sônia de Fátima Cristina Scheitel dos.	UEPG	2022
Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais	SANTOS, Neusa Teresinha Rocha dos.	UNESP	2022

Fonte: Dados da pesquisa, 2023

Chamou-nos atenção o fato de que a discussão sobre ensino colaborativo esteja concentrada nas regiões sudeste e sul do Brasil, revelando a importância de estudos dessa natureza que abordam essa temática na região nordeste.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

Os temas das pesquisas analisadas abordaram: a) práticas pedagógicas inclusivas a partir da acessibilidade curricular; b) aplicação e estudo de estratégias de ensino colaborativo como uma proposta de Atendimento Educacional Especializado; c) o processo de ensino-

aprendizagem e inclusão de educandos(as) com deficiência intelectual no contexto do Atendimento Educacional Especializado; d) práticas pedagógicas de professoras de sala de aula regular na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual; e) identificação de alunos com deficiência intelectual na escola regular; f) experiência de prática colaborativa entre professores do Atendimento Educacional Especializado e professores da sala comum; g) as contribuições da filosofia do ensino colaborativo, como forma de apoio e formação continuada no atendimento educacional especializado e nas salas regulares; h) o serviço do Atendimento Educacional Especializado na Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I e o trabalho colaborativo.

O ensino colaborativo apareceu nos diversos objetivos de pesquisas que buscaram: identificar as potencialidades e entraves na prática colaborativa (Christo, 2019); produzir um caderno formativo intitulado: ‘Formação Continuada em Ensino Colaborativo’ (Passos, 2022), onde analisaram propostas de estratégias e experiências da prática colaborativa entre professores da sala regular e professores do Atendimento Educacional Especializado; constatar a presença ou ausência do trabalho colaborativo na perspectiva dos professores do ensino regular e alunos atendidos na SRM de uma escola (Melo, 2022); e identificar nas produções científicas e nas diretrizes nacionais para alfabetização estratégias para alfabetização de alunos com deficiência intelectual (Santos, 2022).

O processo de ensino e aprendizagem de estudantes com DI foi objetivo de duas pesquisas, sendo que uma focou em investigar práticas pedagógicas de professoras da sala regular e professora do Atendimento Educacional Especializado na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual (Dantas, 2019); e outra em analisar o processo de ensino-aprendizagem e inclusão de educandos(as) com DI no contexto do Atendimento Educacional Especializado a partir de relações em Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS) (Barbosa, 2020).

Nas duas pesquisas restantes, os objetivos foram: criar um guia de orientação na identificação do aluno com DI para a equipe pedagógica para o encaminhamento para a Sala de Recursos Multifuncionais (Araújo, 2019); analisar as práticas pedagógicas inclusivas a partir da acessibilidade curricular na escolarização de estudantes com DI, produzindo como produto educacional um guia pedagógico intitulado: ‘Acessibilidade Curricular no Contexto Escolar: As Práticas Pedagógicas Inclusivas’, (Franciski, 2022).

Embora possam existir outras pesquisas que abordem a temática em questão, até pelo fato de limitarmos a base de dados e descritores para o refinamento para pesquisa da revisão de literatura, consideramos a proposta desta pesquisa um avanço com relação às analisadas, pois objetiva analisar de que forma o trabalho colaborativo envolvendo professor do Atendimento Educacional Especializado e professores da sala comum pode repercutir no

processo de inclusão educacional de estudantes com deficiência intelectual. Por outro lado, as pesquisas selecionadas nos permitiram compreender as fragilidades da escolarização de estudantes com DI ocorridas no ensino público do país.

Pesquisas (Araújo, 2011; Silva, 2011) evidenciam as dificuldades enfrentadas pelos professores da sala regular na falta de uma rede de apoio para troca de experiência sobre as práticas inclusivas. Partindo do pressuposto de que o processo inclusivo acontece no envolvimento de toda comunidade escolar, gestão, coordenação, pessoal de apoio, a escola pode favorecer, dentro das ações internas de seus documentos norteadores, como o Projeto Político Pedagógico (PPP) e regimento escolar, ações voltadas para formações continuadas do corpo docente sobre as práticas educacionais inclusivas voltadas para os estudantes PAEE.

Estudos (Capellini, 2004; Zanata, 2004; Mendes, 2006; Capellini e Mendes, 2007; Mendes, Almeida e Toyoda, 2011; Rabelo, 2012; Mendes, Vilaronga e Zerbato, 2014) propõem o ensino colaborativo ou coensino como uma alternativa aos modelos de salas de recursos, de modo a apoiar a escolarização de estudantes PAEE em classes comuns.

O ensino colaborativo é um modelo de prestação de serviço de educação especial no qual um educador comum e um educador especial dividem a responsabilidade de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de estudantes. Assim, ao invés de os alunos com necessidades educacionais especiais irem para classes especiais ou de recursos, é o professor especializado que vai até a classe comum na qual o aluno está inserido, com vistas a colaborar com o professor do ensino regular (Mendes, 2011, p. 85).

Para Rabelo (2012), o trabalho colaborativo é desenvolvido com a participação de diversos profissionais com formações e experiências diferentes, o que favorece o enriquecimento da prática pedagógica, oportunizando um olhar específico sobre as dificuldades enfrentadas durante o ensino, além de ter mais pessoas responsáveis pelo processo de escolarização dos alunos.

O objetivo do ensino colaborativo é fornecer um ambiente escolar inclusivo, onde os estudantes PAEE possam se envolver em atividades acadêmicas e sociais com a turma. Isso é possível por meio do desenvolvimento de estratégias e metodologias de ensino que possam atender às necessidades individuais de cada estudante. Para que isto ocorra, os professores especializados em Educação Especial oferecem suporte aos professores da sala de aula regular para o planejamento de aulas, de adaptações curriculares e de materiais didáticos, orientações para a inclusão dos estudantes nas atividades da sala de aula e auxílio na implementação de práticas educacionais inclusivas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados nesta pesquisa nos permitem afirmar que o trabalho do professor das salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) surge como um auxílio aos professores de classes comuns, pois lhes propõe uma nova dimensão de análise das especificidades do aluno com deficiência.

Nesta perspectiva, por meio de uma ação colaborativa, o professor de AEE poderá ser aquele que provocará no professor da classe comum o incentivo para encontrar soluções para os alunos e para criar trajetórias metodológicas profissionais que privilegiem a construção de conhecimentos, ao invés de manter uma prática educacional que busca as respostas prontas e acabadas.

O ensino colaborativo tem, portanto, o potencial de trazer contribuições significativas, pois permite que estudantes, público da Educação Especial, tenham acesso a um ensino de qualidade em um ambiente inclusivo, auxiliando a reduzir os estigmas associados às deficiências e promovendo a compreensão e o respeito pela diversidade.

No âmbito da inclusão escolar do estudante com DI, uma prática colaborativa possibilitará a implementação de alternativas nos modos de ensinar que possibilitem maior efetividade no processo de aprender, considerando a singularidade das formas de ser e de aprender do estudante com DI, promovendo as suas potencialidades, possibilitando pensar a sua própria identidade e se reconhecer como sujeito da aprendizagem. Para isso, a relação entre gestão escolar, professor da sala regular e professor do AEE pode fazer a diferença para o processo de inclusão e, conseqüentemente, para desenvolvimento cognitivo desse estudante.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, M. L. F. **Dificuldades e enfrentamentos dos docentes no processo de inclusão.** Monografia – Faculdade UAB/UNB, Brasília, 2011. p. 44. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2236/1/2011\\_MariaLucileneFredericodeAraujo.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2236/1/2011_MariaLucileneFredericodeAraujo.pdf). Acesso em: 13 nov. 2023.

ARAÚJO, Nelita Geny Mendes de. **Guia de orientação de identificação de alunos com deficiência intelectual no Atendimento Educacional Especializado.** Dissertação (Mestrado Profissional em Diversidade e Inclusão) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2019.

BARBOSA, Brena Santa Brígida. **Abordagem CTS no atendimento educacional especializado: práticas de ensino-aprendizagem em ciências para educandos (as) com deficiência intelectual.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.** Brasília, DF: MEC/SEESP, 2001a.

BRASIL. **Resolução Nº 02/2001.** Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Brasília: Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica, 2001b.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica.** Brasília: MEC, SEESP, 2008.

CAPELLINI, V. L. M. F. **Avaliação das possibilidades de ensino colaborativo no processo de inclusão escolar do aluno com deficiência mental.** Tese (Doutorado) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2004.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. O olhar de pais de alunos com deficiência mental sobre o Co-ensino. *In: IV CONGRESSO BRASILEIRO MULTIDISCIPLINAR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL*, Londrina-PR, 2007. **Anais [...]**. v. 1, p. 1-8, 2007.

CARNEIRO, M. S. C. A deficiência mental como produção social de Itard à abordagem histórico-cultural. *In: BAPTISTA, C. R (org.). Inclusão e escolarização: múltiplas perspectivas.* 3. ed. Porto Alegre: Mediação, 2019. p. 137-152.

CHRISTO, Sandy Varela de. **Coensino/ensino colaborativo/bidocência na educação inclusiva: concepções, potencialidades e entraves no contexto da prática.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2019.

DANTAS, Liliane Moreira. **É possível mudar?** Práticas pedagógicas de professores que atuam na alfabetização de estudantes com deficiência intelectual. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2019.

FRANCISKI, Sonia Mara de Fátima da Silva. **Acessibilidade curricular na escolarização de estudantes com deficiência intelectual: Um estudo sobre as práticas pedagógicas inclusivas.** Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2023.** Brasília: Inep, 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-basica>. Acesso em: 30 mai. 2024.

MELO, Jussara Sant’Ana de. **Salas de recursos multifuncionais tipo I na perspectiva do trabalho colaborativo: vozes dos professores e dos alunos.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia; TOYODA, Cristina Yoshie. Inclusão escolar pela via da colaboração entre educação especial e educação regular. **Educar em Revista**, n. 41, p. 80-93, 2011. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/er/a/3pWHVwTHV43NqzRzVDBJZ7L/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2022.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, v. 11, n. 33, p. 387-405, 2006.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A formação do professor e a Política Nacional de Educação Especial. *In*: V SEMINÁRIO NACIONAL DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL: FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM FOCO. São Paulo: 26 a 28 de agosto de 2009. **Anais [...]**. 2009.

MENDES, Enicéia Gonçalves; VILARONGA, Carla Ariela Rios; ZERBATO, Ana Paula. **Ensino Colaborativo como apoio à inclusão escolar**: unindo esforços entre educação comum e especial. São Carlos: EdUFSCar, 2014.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

PASSOS, Sônia de Fátima Cristina Scheitel dos. **Educação Inclusiva**: Formação continuada na perspectiva do coensino. Dissertação (Mestrado Profissional em Educação Inclusiva) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa-PR, 2022.

RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. **Ensino Colaborativo como estratégia de formação continuada de professores para favorecer a inclusão escolar**. 2012. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, São Carlos-SP, 2012.

SANTOS, Neusa Teresinha Rocha dos. **Estratégias para alfabetização que contemplam especificidades de estudantes com deficiência intelectual em produções científicas e diretrizes educacionais**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Marília-SP, 2022.

SILVA, M. R. **Dificuldades enfrentadas pelos professores na educação inclusiva**. Monografia – Faculdade UAB/UNB, Brasília, 2011. p. 55. Disponível em: [https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011\\_MargaretRosarioSilva.pdf](https://bdm.unb.br/bitstream/10483/2487/1/2011_MargaretRosarioSilva.pdf). Acesso em: 13. nov. 2023.

ZANATA, Eliana Marques. **Práticas Pedagógicas Inclusivas para Alunos Surdos numa Perspectiva Colaborativa**. 2004. Tese (Doutorado em Educação Especial) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos-SP, 2004.